



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

A REALIDADE EDUCACIONAL E A INCLUSÃO ESCOLAR

CLAUDIA MAIANA SILVA

ORIENTADORA: PROF^a DRA. MÍRIAN BARBOSA TAVARES RAPOSO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPD:



CLAUDIA MAIANA SILVA

A REALIDADE EDUCACIONAL E A INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB

ORIENTADORA: PROF^a DR^a. MÍRIAN BARBOSA TAVARES RAPOSO

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDIA MAIANA SILVA

A REALIDADE EDUCACIONAL E A INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ____/____/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profª Dra. Mírian Barbosa Tavares Raposo
Presidente da Banca

EXAMINADOR (Examinador)

CLAUDIA MAIANA SILVA

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a Deus que sonhou antes de mim com esse trabalho e a todos Educadores que não têm medido esforços para realizarem o sonho de mudar destinos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus e Pai. Obrigada por acreditar naquilo que nem eu mesma acreditava.

Ao meu amado que me entende, me ajuda, acredita e me apóia, Herbert, obrigada.

Aos meus filhos Thesco, Alice e Ícaro por entenderem que a mamãe precisava ficar muitas horas “fora do ar”. Amo Vocês.

A pastora Viviane, líder, amiga, mãe, obrigada por me cobrir por todo esse tempo.

A escola que me acolhe e me apóia. Valeu, amigos.

A Orientadora Mírian, que teve muita paciência comigo.

Ao meu querido amigo, Fabrício , assim como Arão, segurou o cajado quando eu já não suportava mais segurá-lo. Não tem preço.

“Só se vê bem com o coração. O essencial é
invisível aos olhos”.

“Antoine de Saint- Exupéry”

RESUMO

SILVA, Claudia Maiana. A realidade educacional e a inclusão escolar. 2011. 66f. Pós Graduação *Latu Sensus*. Desenvolvimento Humano, Educação e inclusão Escolar. Universidade Aberta de Brasília. UAB-UNB. Brasília, 2011.

Atualmente, as diversas demandas educacionais exigem que as escolas regulares estejam preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais proporcionando-lhes uma educação de qualidade com condições igualitárias onde as diferenças são respeitadas no processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como o processo de inclusão acontece numa escola da rede pública do Distrito Federal. O referencial teórico foi construído com o intuito de buscar embasamento para observar na prática educacional da escola como o processo de inclusão acontece. Buscamos embasamento através de pesquisas teóricas de Maciel, Barbato, Boaventura, Machado, Mittler, entre outros que tratam sobre assuntos pertinentes a essa pesquisa. Na construção de dados informativos foi aplicada uma entrevista junto ao diretor e uma professora, com experiência em educação especial e regular. A pesquisa foi complementada por meio de relatos de demais funcionários da unidade de ensino e de convivência. Acredita-se que este estudo oferecerá importantes contribuições quanto à inclusão escolar de qualidade e proporcionará aos professores oportunidade de reflexão quanto a sua prática pedagógica com um novo olhar e nova postura em relação à educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Reflexão; NEE; Educação Especial.

SUMÁRIO

O CAMINHO DA PESQUISA.....	11
CAPÍTULO 1: NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS.....	14
1.1 - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14
1.2 – AS PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	18
CAPÍTULO 2: NORMAS, DIRETRIZES E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	21
2.1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO BRASIL.....	21
2.2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO DF.....	22
CAPÍTULO 3: A ESCOLA E A INCLUSÃO DO NEE NA COMUNIDADE ESCOLAR	23
3.1 - UMA CONCEPÇÃO CURRICULAR ADEQUADA.....	23
3.2 - PLANEJAMENTO FUNCIONAL: É POSSÍVEL?.....	25
3.3 – A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO FUNCIONAL.....	26
3.4 - O PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	28
CAPÍTULO 4: OBJETIVOS	29
4.1 - OBJETIVO GERAL	29
4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	29
CAPÍTULO 5: METODOLOGIA.....	30
5.1 - CONTEXTO DA PESQUISA	30
5.2 – PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	32
5.3 - ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	34
5.4 - ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	36
CAPÍTULO 6: RESULTADOS	38
6.1 - O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP).....	38
6.2 DA ENTREVISTA.....	39
6.2.1 - O DIRETOR	40
6.2.2 - A Professora.....	43
CAPÍTULO 7: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	46
7.1 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	46
7.2 - A FAMÍLIA COMO PARCEIRA	48
7.3 – O CURRÍCULO E SUAS ADEQUAÇÕES.....	50
7.4 – AVALIAR PARA INCLUIR	52
CAPÍTULO 8: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXO	61

O CAMINHO DA PESQUISA

Este estudo discute a respeito da realidade escolar a partir do processo de inclusão. Em minha prática profissional tenho percebido que, atualmente, ainda existem escolas que ao invés de incluir alunos NEE's (Necessidades Educacionais Especiais) os excluem. Essa certeza inquietante tem me acompanhado desde que ingressei na SEDF (Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal) e que, conseqüentemente, comecei a atuar no ensino especial, em meados de 1999.

Nas escolas por onde passei, presenciei muitas atitudes equivocadas que me levaram a querer estudar a forma como a inclusão acontecia nas escolas públicas do DF (Distrito Federal). Busquei alternativas que têm se aproximado de uma experiência de sucesso, acreditando que, o que é estudado e não praticado, se perde no simples fazer.

Sasaki (2005), afirma que no processo de inclusão, a sociedade e a comunidade escolar devem adaptar-se às necessidades das pessoas, para que essas possam evoluir e se desenvolver em seus diversos aspectos de vida. Sendo assim, é preciso entender que esta construção será viabilizada pela comunidade escolar e acontecerá de forma plena através de práticas inclusivas tais como: ações, atitudes que valorizem, aceitem e respeitem o ser diferente.

Consideramos que todos têm direito à educação de qualidade, portadores de necessidades especiais ou não. Nesse sentido, é necessário pensar em uma educação que dê condições a todos de exercerem seu papel de cidadãos atuantes e produtivos. É questão de ética contribuir para que as pessoas com necessidades especiais não se envergonhem de sua condição, mas, que se sintam à vontade para participarem do convívio social, uma vez que, segundo Lima (apud Araujo Et Al. 2008) os limites dos portadores de necessidades especiais não estão neles mesmos, mas nos paradigmas que os excluem. É necessário, portanto, que a inclusão saia dos discursos e transforme-se em ação.

É preciso que haja qualidade no ensino e, que a diversidade seja privilegiada no ambiente escolar como um todo, principalmente dentro da sala de aula.

Nesse processo, Mittler (2003) afirma que tanto docentes, coordenadores e gestores, como as famílias e os próprios alunos podem atuar como facilitadores do

processo de inclusão, assegurando a esses estudantes acesso ao currículo e às experiências favoráveis de aprendizagem, desenvolvimento e participação.

No entanto, de acordo com Araújo (2008), as escolas foram organizadas para receber alunos “normais”, sem nenhum tipo de dificuldades educacionais, sejam elas: físicas, sociais ou econômicas. Em outras palavras, segundo o autor, esperam alunos padronizados, aptos a serem produtores para atuarem em uma sociedade consumista.

Nessa perspectiva de educação, Macedo (2006) apresenta a “escola de ontem” como sendo a escola da exclusão, tendo em vista, que os professores não consideram as diversidades encontradas na escola e agem de forma unilateral. Os que não aprendem, não acompanham os demais, não produzem e são excluídos. Para o autor esse tipo de escola acredita que o problema da não aprendizagem é do aluno e não da maneira como se ensina.

Por essa razão, é importante que o professor que atua com alunos NEE seja um profissional preparado e capacitado.

A partir dessa perspectiva esse estudo foi dividido em oito capítulos. No primeiro deles faremos um breve histórico da Inclusão e suas perspectivas na realidade educacional.

O segundo capítulo teve por objetivo expor Normas, Diretrizes e a Fundamentação Legal que tem viabilizado a inclusão escolar no Brasil e no DF.

No terceiro capítulo, enfatizamos o papel da escola frente à necessidade da inclusão do NEE na comunidade escolar. Para isso ressaltamos quatro aspectos fundamentais do trabalho pedagógico: a concepção curricular adequada; o conceito de um planejamento funcional e como ele é possível; a avaliação como processo funcional; e finalizamos falando do profissional que atua na educação especial.

O quarto capítulo apresenta nossos objetivos, referências maiores de nosso estudo, e as questões que nortearam todas as nossas atividades, do início ao fim da pesquisa.

Os caminhos metodológicos do estudo são apresentados no quinto capítulo, onde mostramos o contexto da pesquisa, os participantes, as estratégias e instrumentos de construção das informações e as estratégias de análise das informações.

Os resultados e a discussão teórica do estudo são apresentados nos capítulos seis e sete, onde refletimos sobre os dados e seus respectivos resultados com auxílio do instrumental teórico apresentado.

Por fim, no oitavo capítulo apresentamos nossas considerações finais onde propomos uma reflexão quanto à maneira de trabalhar com o ANEE a fim de facilitar o seu processo de inclusão no ambiente escolar.

CAPÍTULO 1 - NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS

Neste capítulo trataremos de um breve histórico da inclusão no Brasil e no Distrito Federal e as perspectivas da Inclusão Escolar.

1.1 - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na antiguidade de acordo com Boaventura (2008), pessoas com necessidades especiais eram intituladas anormais e possuidoras de forças malignas muito ligadas à crenças sobrenaturais. Elas eram consideradas um mal para a sociedade. Segundo a autora, muitas atrocidades marcaram a exclusão dos diferentes, pessoas com qualquer tipo de deficiências que foram claramente expostas ao longo da história como aspectos socioculturais de uma determinada época e de determinados povos. Entre elas a autora destaca: a esterilização de mulheres nos séculos XIX e XX, que geraram “seres imperfeitos” e a eliminação de cerca de cem mil “anormais”, na época do nazismo, através das clínicas eugênicas, locais onde era privilegiado o favorecimento das raças chamadas superiores para fazer desaparecer as raças chamadas inferiores.

De acordo com Coelho (2010), a Declaração Universal dos Direitos Humanos no século XX marcou o início da transformação da situação das minorias aqui no Ocidente. Teve início na década de 60, com grandes movimentações das minorias negras norte-americanas; na década de 70 ocorreu o movimento dos veteranos da guerra do Vietnã; a década de 90 foi marcada por eventos mundiais, liderados por pessoas com necessidades especiais que se mobilizaram para lutar por seus direitos contra as injustiças sociais, preconceitos, estigmas, rótulos gerados e sentimentos de inferioridade em prol do acolhimento das diferenças humanas. Conforme a autora, foi a partir dessa luta que as pessoas com necessidades especiais começaram gradativamente a participar da sociedade de maneira mais integrada.

A Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial “Educação para todos”, em Salamanca, cidade espanhola que lhe deu o nome, em 1994, marca a luta contra o preconceito. Ela teve como

objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Na visão de Moraes, (2009), a partir da Declaração de Salamanca, iniciaram-se discussões voltadas à inclusão a fim de combater a exclusão aos diferentes e ao atendimento do aluno NEE em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Na opinião de Angelucci, (2002), essa declaração foi um divisor de águas por ter abordado a inclusão sobrepujando o alcance a todas as minorias de forma abrangente, voltando-se não apenas aos NEE`s, mas a todo e qualquer cidadão. Ela é resultado da união de mais de noventa e dois representantes governamentais que se posicionaram em contrários a exclusão escolar.

Na declaração abordada sugeriu-se a produção de intensa campanha de “integração” das crianças NEE`s em escolas comuns, observando-se o atendimento a todos com uma pedagogia voltada para a criança, baseando-se nos argumentos de Corde de que a escola é um dos meios de combate ao preconceito:

É o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso proporcionam (as escolas regulares) uma educação efetiva a maioria das crianças e melhoram a eficiência, e, certamente, a relação custo benefício de todo o sistema educativo. (CORDE, 1994, p. 10).

O documento solicita aos governos participantes que dêem prioridade política e orçamentária à educação; adotem leis com o princípio da integração; desenvolvam projetos de intercâmbio de experiências; descentralizem a gestão e a avaliação escolar; promovam a participação da comunidade; melhorem seus serviços de identificação e atendimento às crianças NEE`s; e assegurem formação continuada aos professores. Sugere, ainda, às agências internacionais atuantes em todo o mundo que defendam o enfoque da “escolarização integradora”; aumentem a cooperação técnica; e arrecadem fundos para a criação de um amplo programa de “integração”. (Declaração de Salamanca, 1994).

Nesse documento é também apresentado o conceito de necessidade educacional especial:

Refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e tem, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização. (Declaração de Salamanca, 1994, p.18)

As visões contempladas nessa conferência de acordo com a Declaração de Salamanca, (1994, p. 17 a 26), foram complexas e ditaram atitudes a serem tomadas pelos governos, salientando-se: Linhas de ação; escolas integradoras e mudanças de paradigmas e a utilização de adaptações curriculares que visam a uma flexibilização curricular.

O documento ainda sugere que o sistema de ensino se aprimore para atender com qualidade a essas demandas. Nesse sentido, as escolas têm que se transformar a fim de ofertar educação de qualidade a todos, dentro da amplitude de diferenças individuais, que vão desde estilos cognitivos, padrões culturais, habilidades até capacidades diferentes.

No Brasil, a partir da Declaração de Salamanca, iniciam-se discussões acerca da criação de políticas educacionais que atendam em classes regulares, crianças e jovens NEE's. De acordo com Bueno (2001), "refere-se ao movimento brasileiro de integração escolar que, desde a década de 70 privilegia a detecção de características individuais que possam prejudicar a escolarização dos alunos e que, diante deste diagnóstico, coloca cada aluno na educação regular ou especial". Essa postura integracionista, segundo o autor, representou um dos principais agentes que contribuiu para o fracasso escolar no período.

A Declaração de Salamanca pressupõe que a escola atual não comporta a existência de diferenças em seu alunado e destaca a necessidade de mudanças no sistema educacional tornando-o capaz de incluir os diferentes na educação regular.

No Brasil, historicamente, o sistema segregado de ensino, somado à educação bancária onde o modelo tradicional visa à mera transmissão passiva de conteúdos do professor ao aluno que segundo Freire, (2008), "nada sabe", torna ainda maior o desafio de mudanças.

Bueno, (2001), destaca que ao lado dessas práticas de reprovação, a ausência de qualquer seriação na educação especial dificulta esse processo. Os efeitos dessas práticas ocorrem dentro do ensino especial e são os mesmos que ocorrem dentro do ensino regular: o abandono desses alunos e uma postura de não avaliação do processo pedagógico por parte dos professores e gestores.

Ao longo dos anos, houve uma evolução nas práticas de inclusão. Antigamente, o aluno passava um período em classe especial para depois ir para uma classe comum. Essa proposta gerou evasão escolar e um Sistema Cascata que, segundo Mantoan (2008), "é uma concepção de integração parcial, porque a

cascata prevê serviços segregados que não ensejam o alcance dos objetivos da normalização”.

Na década de 90 o termo “processo de inclusão” substituiu internacionalmente o termo “processo de integração”. Nessa perspectiva a escola deveria adaptar-se ao estudante possibilitando seu desenvolvimento através de propostas educacionais adequadas as suas necessidades educacionais.

Quanto ao processo de inclusão, de acordo com Carvalho (2008), é preciso atuar pedagogicamente sem distinguir ou excluir as minorias visando um mundo inclusivo que proporcione as mesmas oportunidades a todas as pessoas de atuarem na sociedade, de maneira participativa.

Nesse sentido, é importante destacar o papel da escola como facilitadora desse processo que deve buscar novos caminhos onde os processos curriculares e pedagógicos precisam ser repensados para atender essas diferenças promovendo ações significativas para todos os alunos através de ambientes educacionais estimuladores que explorem suas capacidades em todos os sentidos.

Para Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Nessa perspectiva, a escola precisa evoluir para atender suas demandas educacionais.

Quanto à qualificação profissional do professor é essencial para a inclusão, e deve ser continuada. Mittler (2003), afirma que essa formação “é um processo que nunca termina, pois é mais que um simples estado de mudança e depende de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino”.

Para Michels (2006), “a formação dos professores que atuam na educação especial de maneira inclusiva é elemento chave para a mudança da escola”. Para Omote (2003), “os professores do ensino comum necessitam de uma formação para serem bons professores, com conhecimento e experiência indispensáveis à educação dos alunos NEE`s, e para saberem usar os recursos e os procedimentos metodológicos especializados”.

Fica claro que, na opinião dos vários teóricos citados, para que a inclusão ocorra, é necessária uma série de ações conjuntas no ambiente escolar. Dentre elas, vale à pena ressaltar a necessidade de reforma das políticas e dos sistemas educacionais, que devem lutar contra o preconceito combatendo a exclusão aos diferentes não apenas aos NEE`s, mas a todo e qualquer cidadão.

Outra reforma importante é a adoção de leis que visem à integração; o intercâmbio de experiências; uma avaliação processual e continuada; o envolvimento e a participação da comunidade escolar e a formação continuada dos professores promovendo mudanças de paradigmas e a utilização de adaptações curriculares que a uma flexibilização curricular.

A escola precisa evoluir para atender suas demandas educacionais se aprimorando para atender com qualidade seus alunos e atuar pedagogicamente sem distinguir ou excluir as minorias

1.2 – AS PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Para Sasaki (2005, p.22,) integração significa inserção na escola da pessoa com deficiência, que esteja preparada para viver em sociedade. Inclusão, por sua vez, significa modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

No entanto, segundo Boaventura (2008), devido a muita utilização do termo integração nos últimos cinquenta anos, esse paradigma integração/inclusão tornou-se histórico em nosso país e ainda hoje vemos em muitos locais da sociedade que a deficiência é vista como um problema individual.

Como descrito por Sanches (2005), muitas vezes os problemas de aprendizagem são totalmente associados aos alunos, sem considerar os aspectos que envolvem o cotidiano escolar (atividades propostas, as avaliações seletivas e outras). Ainda de acordo com o autor, esse modelo está mais voltado para perspectivas médicas e psicológicas do que para os aspectos sociais, sem perceber o papel da escola como responsável pela educação de seres humanos.

Ferreira (2005), afirma que inclusão escolar pressupõe uma escola que possui uma política participativa com cultura inclusiva, de maneira que os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, apóiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros. Segundo ele a inclusão apresenta quatro elementos importantes: ela é um processo contínuo, pois sempre haverá pessoas em situação de exclusão; Relaciona-se a identificação com seu espaço e a eliminação de barreiras; Diz respeito à participação e aquisição; Direciona-se aos alunos em situação de exclusão, mas está voltada para todos.

O modelo de inclusão, no entanto, se opõe a qualquer tipo de segregação imposta à pessoa de necessidades especiais. A inclusão é composta de atitudes práticas, conscientes e repletas de valores humanos e de solidariedade. Ela almeja que todos os participantes da comunidade escolar participem do processo de escolarização e que as instituições de ensino estejam organizadas a fim de atenderem as peculiaridades de cada um de seus alunos, quer sejam portadores de necessidades especiais ou não.

Para Coelho (2010):

“Inclusão pressupõe exclusão já que só pode ser incluído quem é ou está apartado. Neste conceito há uma perspectiva de transformação social, tendo em vista que até hoje se luta para garantir, à grande maioria dos brasileiros, acesso a bens e a meios básicos de sobrevivência e qualidade de vida”.

A autora sustenta que é preciso modificar as percepções sobre os desenvolvimentos atípicos a fim de compreendê-los não apenas como características biológicas, mas também como uma complexa combinação de fatores relacionados à interação de aspectos sócio-histórico-culturais compreendendo que os sujeitos em desenvolvimento, sejam eles atípicos ou não, é que dão sentido as experiências individuais e sociais, em uma dinâmica de relações e vivências subjetivas.

Sassaki (2005, p.21), a esse respeito, diz: “a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu meio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas”.

Sendo assim, a sociedade precisa acolher às necessidades especiais e não apenas tolerá-las, considerando a pessoa portadora de uma necessidade especial capaz, como qualquer outro cidadão, e aceitando suas diferenças. Conforme Sassaki (2005), para que pessoas com necessidades especiais sejam recebidas de maneira inclusiva pela sociedade, é preciso romper paradigmas modificando desde atitudes discriminatórias, rótulos, crenças até estruturas físicas proporcionando a acessibilidade e liberdade de mobilidade em locais públicos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1998, “assegura a igualdade de condição de acesso e permanência na escola” (Artigo 206 e 208) e a Resolução n. 2, de 11/09/2001 diz que “a inclusão é a garantia do acesso continuado ao espaço comum

da vida em sociedade onde as oportunidades propiciem o desenvolvimento em todas as dimensões da vida.”

CAPÍTULO 2 - NORMAS, DIRETRIZES E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Neste capítulo iremos apresentar a legislação que norteia a inclusão no Brasil e no sistema público de ensino do DF e que são ofertados às pessoas com necessidades educacionais especiais.

2.1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO BRASIL

O objetivo da Constituição Federal é formar uma sociedade igualitária, que não exclui nem tem preconceitos visando à integração de todos com qualidade e integridade. Para tanto, é necessário facilitar o acesso das crianças com necessidades especiais em todo processo educacional, pois, toda criança deseja, merece e tem o direito de aprender mesmo que sejam identificados atrasos ou lentidão, pois todos, dentro de suas limitações são capazes de interagirem com o meio e com as pessoas através das relações sociais. Vale citar e ressaltar os artigos que defendem esses direitos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 26, de 2000)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

É direito do educando NEE assegurado pela LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

A Lei nº 8069/90 cria o Estatuto da Criança e do Adolescente tem relevante importância no processo de inclusão defendido em seus artigos 53 e 54.

Podemos ainda citar outros documentos que regem a Inclusão conforme Coelho (2010):

Lei n.10 172/01 – aprovou o Plano Nacional de Educação;

Resolução CNE/CEB n.2/2001 que trata das diretrizes de educação especial na educação básica;

Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, 2007;

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008);

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008)

2.2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO DISTRITO FEDERAL

A legislação do DF esta em consonância com a legislação brasileira já citada acima e apóia-se também na Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993 que defende esse direito no Artigo 2º nos incisos II e III que tratam da plena cidadania e da dignidade da pessoa humana e em seu parágrafo único diz ainda:

“Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, cor, sexo, estado cível, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal.”

Citamos também a Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003. Dispõe sobre a universalização da educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

CAPÍTULO 3 A ESCOLA E A INCLUSÃO DO NEE NA COMUNIDADE ESCOLAR

Trata-se, neste capítulo de como as escolas do sistema público de ensino precisam proporcionar a seus alunos experiências educativas que respeitem o NEE através de atitudes práticas, organizacionais e pedagógicas. Tendo como apoio a funcionalidade do currículo, da avaliação, e do profissional do ensino especial que deve trabalhar em consonância com o professor do ensino regular.

3.1 - UMA CONCEPÇÃO CURRICULAR ADEQUADA

Historicamente tem sido usado no Brasil um currículo fechado, acumulativo e sequencial, organizado para atender aos alunos como se estes fossem homogêneos, quando, na verdade, deveria ser utilizado um currículo aberto em que se valorize e privilegie as diferenças individuais, o contexto social, cultural e geográfico onde cada sujeito se insere. O uso do currículo inflexível tem proporcionado consequências negativas, como a evasão escolar e a repetência.

De acordo com Mittler (2003), “os desafios pedagógicos estão relacionados com a aprendizagem”. Ele defende alguns princípios para a preparação do trabalho docentes com base na experiência britânica, sendo eles: estabelecer desafios de aprendizagem compatíveis com a condição do estudante; responder à diversidade das necessidades de aprendizagem dos alunos e superar barreiras quanto à aprendizagem e à avaliação.

Para atingir, com êxito, tais desafios, torna-se necessário uma pedagogia diferenciada voltada às diversas realidades encontradas na escola, considerando a possibilidade de diferenciação de atividades propostas, ou seja, a adequação curricular e o uso de materiais e de equipamentos adequados e disponíveis a tais necessidades.

Efetivamente, na construção do currículo é preciso observar a intencionalidade educativa envolvida nesse processo estabelecendo as devidas prioridades, de forma que sejam alcançados objetivos significativos e primordiais para cada educando. Deve-se também considerar os aspectos políticos, históricos, culturais e sociais em que se inserem. Os conflitos que forem surgindo neste processo devem servir como base para reflexão e construção de uma escola inclusiva.

Carvalho (2008) alega, que quando o projeto curricular permite que a escola da vida entre para a vida da escola, pode ser considerado inclusivo e capaz de desenvolver nos alunos a criatividade, a capacidade de pensar, de lazer, de fazer, de cooperar, de se sensibilizar e de se comprometer.

Nesse sentido, os ensinamentos contidos no currículo que serão trabalhados na escola não devem ser apenas referentes às disciplinas, mas, devem privilegiar aquilo que pode formar cidadãos solidários, que respeitam e valorizam a diversidade, que sejam críticos e reflexivos, construtores e atuantes em sua história.

Para Mittler (2003 p. 139), “o processo de exclusão educacional começa quando as crianças não entendem o que o professor está dizendo ou o que se espera que elas façam”.

Nesse sentido, como alternativa para flexibilizar o currículo, deve-se utilizar adequações curriculares para torná-lo mais funcional, condizente com as necessidades educacionais de cada aluno. Para um melhor entendimento dessas alternativas conceituar-se-á adequações curriculares e currículo funcional.

Entende-se por **adequação curricular** as medidas pedagógicas voltadas aos educandos NEE`s, capazes de favorecer a sua educação, onde a aplicação do currículo regular é adequada às necessidades específicas do estudante. As adequações podem ser: **Organizativas:** quanto ao agrupamento; quanto aos objetivos e conteúdos de acordo com sua funcionalidade; quanto à avaliação através da seleção de técnicas e instrumentos de avaliação. **Recursos de acessibilidade.** **Adequações de temporalidade:** flexibilização do tempo e terminalidade para a conclusão de conteúdos, objetivos e ano/série.

Entende-se por Currículo funcional a abordagem ecológica que segundo, Bronfenbrenner (1996), é uma abordagem em constante construção, fortemente ligada à história de seus autores num contexto comunitário e participativo, culturalmente adaptado e apoiado nos conhecimentos do estudante relacionados ao meio em que vive suas inter-relações entre seus pares, seus valores pessoais, sua comunidade, bem como o ambiente físico, social, geográfico e histórico do qual o sujeito faz parte.

3.2 - PLANEJAMENTO FUNCIONAL: É POSSÍVEL?

O professor ao planejar, observará o contexto da comunidade a qual o estudante pertence, bem como sua cultura, conhecimento e suas relações interpessoais para que seu planejamento seja funcional e englobe os valores pessoais, familiares, e de mundo aos novos aprendizados do educando no cotidiano da escola, tornando essa aprendizagem significativa para o sujeito que aprende.

Segundo Suplino (2005), em sentido restrito, a palavra funcional refere-se às habilidades (objetivos) que serão ensinadas e terão função na vida do estudante e podem ser utilizados de imediato ou num futuro próximo. Nesse sentido o professor deverá propiciar aos seus alunos a utilização das habilidades desenvolvidas na sala de aula em sua própria vida fazendo-o contribuir em sua família e comunidade, bem como atuar como construtor de sua própria história.

Ao planejar o professor deverá desenvolver estratégias de ensino que irão proporcionar ao aluno a participação nas etapas do trabalho, considerando seu potencial e prevendo possíveis adaptações em relação as suas especificidades com atividades dinâmicas e significativas.

Ressalta-se, no entanto, que para o planejamento ocorrer com êxito e eficácia é preciso minucioso conhecimento da realidade do seu aluno por parte do educador.

Diante da realidade escolar dos alunos NEE`s é necessário a realização de adequações significativas no currículo e no possível planejamento do professor de forma a obter sucesso junto a esse educando. O atendimento a esses alunos deve primar por conteúdos que poderão ser adequados a fim de terem caráter mais funcional e prático levando-se em conta as características individuais do aluno.

A resolução nº 01/2009 - CEDF assegura um currículo funcional voltado ao atendimento das suas necessidades individuais.

“O currículo funcional é um instrumento educacional que viabiliza a integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais ao meio social, tem o objetivo de desenvolver habilidades básicas que proporcionem autonomia na prática de ações cotidianas” (Resolução nº01/2009 – CEDF, artigo 40, parágrafo 1).

Nesse sentido o planejamento funcional deve envolver atividades relacionadas ao desenvolvimento das habilidades adaptativas como: consciência de si, cuidados pessoais e de vida diária, treinamento multisensorial, exercício da independência, relacionamento interpessoal e outras. É um caminho que se apóia

na vida do estudante: sua entrada na escola, seu conhecimento de mundo e suas relações entre os seus pares.

O objetivo principal nesse tipo de planejamento é o desenvolvimento de habilidades básicas voltadas a proporcionar ao estudante a prática de ações que lhe possibilitem lidar com ações cotidianas de maneira autônoma e caracteriza-se por propiciar o desenvolvimento de comportamentos que uma criança deve adquirir para obter proficiência em várias áreas do desenvolvimento. Ele proporciona os ajustes e adaptações necessárias para que o estudante atue no seu meio participando das atividades desenvolvidas no ambiente familiar, escolar, comunitário e de trabalho conforme seu interesse, necessidade e possibilidade, e capacidade.

Diante de tudo isto, verificamos que é possível sim a implementação do planejamento funcional a partir da adequação curricular desde que o professor esteja disposto a agir de maneira dinâmica e criativa flexibilizando o programa de atendimento com fins do desenvolvimento do estudante.

Para alcançar essas metas o professor deve lançar mão de:

- 1) Avaliação que verifique a funcionalidade daquilo que tem sido ensinado para que este seja voltado ao interesse, às necessidades e potencialidades do estudante; a elaboração de um planejamento individual;
- 2) Registro contínuo das atividades;
- 3) Avaliação processual e continua;
- 4) Reavaliação pedagógica do estudante sempre que necessário.

3.3 – A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO FUNCIONAL

A avaliação é um processo contínuo onde há uma troca de saberes entre professor e aluno. Neste caso, ela não pode ser vista como ferramenta de reprovação, mas, como caminho capaz de promover o conhecimento de maneira participativa, coletiva e construtiva.

Nesse sentido, para que o processo de avaliação se torne uma ferramenta de inclusão sugerimos que a avaliação seja funcional. Assim sendo, o professor não pode basear-se apenas na nota/conceito que o aluno conseguiu na atividade

avaliativa (prova), mas, deve-se observar, o desenvolvimento desse aluno em relação como ele era e de como ele está.

No processo de avaliação funcional quem primeiro deve ser avaliado pelo professor é ele mesmo, a fim de que perceba através do desempenho e do aprendizado dos alunos como tem sido seu trabalho pedagógico.

Sendo assim, é necessário que o professor reflita constantemente sua prática repensando as estratégias utilizadas, prevendo mudanças, revendo as adequações feitas se estão contemplando suas necessidades auxiliando-os no seu desenvolvimento, bem como, na melhoria do atendimento ofertado a ele com a finalidade de promover seu sucesso no âmbito escolar.

Certas questões devem permear a avaliação funcional. O professor deve verificar a funcionalidade do que foi trabalhado e desenvolvido. Como o aluno está? Compreendeu e transferiu para situações cotidianas o que foi trabalhado em sala de aula? Tem sido mais independente e autônomo? Tem sido mais atuante no meio familiar e social? Ouve o envolvimento da família no desenvolvimento do estudante?

A avaliação com abordagem funcional deve privilegiar as necessidades do estudante, tanto as atuais como as futuras e suas potencialidades. Para tanto o professor deverá comparar as habilidades escolhidas listando-as para que durante a execução das tarefas o desempenho do estudante seja avaliado.

Para Carvalho, (2008. p.95), caso a escola eleja apenas os bons resultados, a escola estará voltada para uma perspectiva utilitarista e fragmentada, sem intencionalidade educativa, pois os que não apresentarem resultados desejáveis são relegados a espaços segregados e a segregadores, não só em classes e escolas especiais, como no interior das próprias salas de aula normais.

Dessa forma, é preciso pensar que as adequações curriculares são necessárias para promover e aumentar a participação do educando nas atividades propostas onde essas atividades, instruções e recursos pedagógicos sejam significativos e funcionais, de acordo com a idade cronológica do estudante considerando o ambiente em que este aluno vive.

3.4 - O PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEM nº 9394/96, art. 59 inc. III), diz que “o sistema público de ensino deve contar com professores capacitados e especializados”.

Segundo Werthein no Brasil tem muitos professores que estão em exercício, já formados, que precisam ser capacitados.

A capacitação é um processo contínuo, sistemático, que nunca acaba. E muitos professores já formados, ou não formados, precisam ser capacitados para poder ensinar melhor em uma escola que queira ter uma educação de qualidade... Mas nada é mais importante que um professor devidamente formado e capacitado para fazer a diferença (Jorge Werthein em entrevista à folha de São Paulo em 24/06/2005).

A qualificação profissional continuada do professor é importante, mas, não é fator indicativo de sua competência. É preciso também que este tenha qualidades humanas que o capacitem para essa atuação. A formação docente precisa estar ligada ao cotidiano escolar, pois, por mais que haja ampla formação cultural do corpo docente, se não houver imparcialidade, princípios de questões éticas dentro da sala de aula tais atitudes podem suscitar a discriminação. O professor necessita ser a favor das diversidades.

Segundo Candau (2003, p. 163), a discriminação é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas em muitos casos “inferiores”, por diferentes características.

O professor deve levar em conta que muitas das dificuldades escolares enfrentadas por pessoas com necessidades especiais, não estão somente ligadas as suas condições pessoais, mas a situações e circunstâncias limitantes presentes no ambiente escolar.

Nesse sentido é papel do professor que atua numa perspectiva inclusiva trabalhar a promoção da inclusão em sua sala de aula, por meio de um currículo adequado a cada um, tornando-o acessível a todos os alunos de forma que estes possam desenvolver significativa e efetiva aprendizagem como fator determinante na prevenção da exclusão.

CAPÍTULO 4 - OBJETIVOS

4.1 - OBJETIVO GERAL

Compreender como o processo de inclusão acontece numa escola da rede pública do Distrito Federal.

4.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender de que maneira ocorre a formação dos professores que atuam com ANEE.
- Compreender de que maneira a família pode atuar como parceira junto à instituição escolar.
- Compreender como o currículo pode tornar-se mais funcional através das adequações curriculares.
- Compreender como avaliar dentro de uma perspectiva inclusiva.

CAPÍTULO 5 - METODOLOGIA

Neste capítulo, com a finalidade de seguir o objetivo geral desse trabalho, e de compreender os questionamentos referentes aos objetivos específicos, tratar-se-á do método, do contexto utilizado na pesquisa, dos agentes que participaram dela, das estratégias e instrumentos de construção das informações e das estratégias de análise das mesmas. O método qualitativo norteou o desenvolvimento deste trabalho.

Segundo Minayo (1994. p.21), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, modificações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Nesta perspectiva, a aplicação desse tipo de investigação permite descrever se há, e quais são as dificuldades enfrentadas para incluir pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do DF e a identificar ações político-pedagógicas que já deram certo.

5.1 - CONTEXTO DA PESQUISA

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico), a escola pesquisada foi criada em 07 de setembro de 1980. Ela atende a várias quadras residenciais próximas, bem como aos alunos NEE`s oriundos do setor P SUL – região administrativa do DF - por ser uma escola inclusiva.

A escola passou por várias transformações físicas desde sua criação como: a construção do muro, construção do bloco D e dos banheiros para atender a pré-escola, construção de salas especiais: tablado, laboratório de informática, depósitos e quadra de esportes.

Iniciou seu trabalho atendendo a primeira etapa do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), devido à necessidade da comunidade, foi agregado o EJA (Educação de Jovens e Adultos da alfabetização à 4ª série) e a pré-escola. No entanto o EJA há

poucos anos foi transferido para outra escola conforme solicitação da Regional de Ensino.

A escola está situada na comunidade de Ceilândia, região administrativa do DF. A comunidade atendida pela escola possui, na sua maioria, baixo e médio poder aquisitivo, trabalhadores liberais de várias áreas da economia, empregos informais e os mais variados tipos de carência.

A escolha dessa escola para a realização dessa pesquisa deu-se devido à luta da comunidade escolar em prol da inclusão dos alunos NEE's que foram aparecendo e começaram a fazer parte do cotidiano da escola.

Na escola há uma equipe comprometida em fazer a diferença em meio às dificuldades existentes para uma escola inclusiva. O diferencial dessa equipe tem sido o desejo de ultrapassar a média esperada para uma escola pública onde os alunos tenham muito mais que os pré-requisitos básicos da educação e que essa educação seja de qualidade.

De acordo com o PPP, essa é uma escola que tem grande procura de vagas pela sua clientela e devido ao empenho da equipe escolar em desenvolver projetos viáveis, capazes de propiciar uma educação inclusiva onde o respeito e a dignidade são as principais vertentes que regem todos os projetos desenvolvidos no âmbito escolar.

Devido a tudo isso, a comunidade tem sido participativa e atuante demonstrando confiança e apoio no trabalho desenvolvido. O desejo da equipe escolar é que através do trabalho integrado à comunidade possa propiciar aos alunos uma atuação gradativa e inserção no grupo social a que pertencem seguindo os valores de participação, respeito, igualdade, criatividade e transparência.

Através dos projetos o currículo está focado na aquisição de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências norteadas pelos princípios éticos e morais com o intuito de desenvolver nos alunos consciência de coletividade e o sentimento de solidariedade através dos temas transversais constituídos pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

O processo de inclusão escolar preconiza uma escola de qualidade para todos os alunos indistintamente, onde todas as pessoas tenham as mesmas

oportunidades de ser e estar na sociedade através de uma convivência harmoniosa a despeito das diferenças que possuam.

Essa escola entende que seu papel é colocar o educando como centro de toda ação educativa considerando sua identidade, sua história, seus valores suas experiências e suas necessidades.

Por esta instituição, segundo o PPP, passaram profissionais que deixaram sua marca e fizeram com que a história dessa escola fosse repleta de grandes conquistas e inovações que, até hoje, são inspiração para os que ficaram e continuam a construir essa linda história de sucesso.

5.2 – PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a realização dessa pesquisa participaram o diretor/gestor da instituição de ensino e uma professora que atua com alunos especiais (NEE`s) na área de surdez. Através da pesquisa e entrevista com os participantes pretende-se expor as experiências vividas, tantas vezes de maneira isolada, compreendendo suas percepções, sentimentos e reflexões com base em suas experiências profissionais dentro da escola e, principalmente, do compromisso que estes profissionais têm com um ensino de qualidade dentro da escola pública do Distrito Federal

O diretor participou segundo sua atuação gestora, que foi observada, além do levantamento das estratégias que construídas ao longo do tempo e articuladas junto ao grupo de professores e toda comunidade escolar no transcorrer do período da observação.

Como gestor, ele conhece a lógica excludente do sistema educacional, mas, mesmo assim não se intimida, pelo contrário, procura combatê-la através de pequenas atitudes que viabilizam a inclusão na escola. Com seu apoio o PPP foi elaborado visando promover de fato a inclusão.

É o gestor que torna possível que a escola seja local de encontro e de inclusão entre sua clientela que é formada por mais de mil pessoas que circulam por ela todos os dias. Como direção, se envolve e atua em todas as áreas dentro da escola realizando todo tipo de trabalho.

Ações desinteressadas chamam a atenção como o fato de, como gestor, conhecer o nome e a história de cada aluno que compõe a escola, e não é raro tirar

do seu bolso o conserto dos óculos do Fulano, pagar a consulta do Beltrano, comprar remédios e dar uniformes, quando surgem as necessidades. Tais atitudes têm proporcionado uma relação de respeito e confiança entre direção, professores e a comunidade.

O diretor é formado pela Universidade Católica de Brasília em Ciências Econômicas e com Pós- Graduação em Inclusão.

A professora selecionada é formada pela Universidade de Brasília em Pedagogia e Pós-Graduada em Libras pela Facitec.

A professora surgiu pela opção de entrevistar uma educadora com experiência, tanto no Ensino Regular quanto no Ensino Especial. Através da convivência com a professora pode-se conhecer melhor sua história de vida e seu cotidiano como professora. Mulher, trinta e sete anos, com quinze anos de experiência como educadora. Na socialização professora e pesquisadora criaram-se formas de viabilizar atividades que atendessem as necessidades dos seus alunos, atitudes simples e muito relevantes.

Ao visualizar a experiência da professora, dentro do Ensino Especial, suas atitudes, e por que não dizer o seu amor pela profissão e pelos alunos, motivou-se a realização dessa pesquisa.

A professora tem caráter criativo e original que incentivam desejar pôr em prática o que esse trabalho apresenta como contribuição científica pesquisada por meio da reconstrução de experiências. O seu compromisso com a inclusão dos NEE`s realmente é contagiante, sua familiaridade e proximidade com os alunos, com certeza, torna-se muito significativa para esse trabalho.

Ambos, os profissionais, já sabiam sobre a produção da pesquisa cujo tema era A Realidade Educacional e a Inclusão Escolar, dado esse que já tinha sido discutido algumas vezes, sobre a realidade escolar do DF.

Foi feito o convite aos entrevistados para participarem da pesquisa. A aceitação deu-se pelo fato de haver a confiança na pesquisa como contribuição para o sucesso da inclusão de crianças NEE`s, tendo como base suas experiências em promover estratégias que têm tido bom resultado.

Para o sucesso da entrevista, foi totalmente relevante a escolha dos participantes. Desta forma, levou-se em consideração, a formação acadêmica, e caracterizou-se os participantes como o “Diretor” e a “Professora”.

5.3 - ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As estratégias empregadas para a construção dessa pesquisa foram a pesquisa documental e entrevistas. Para Gonzalez-Rey (1995), os instrumentos representam um contínuo dentro da investigação. Eles relacionam entre si e são sustentados pelas relações entre conteúdos procedentes de instrumentos diferentes.

Documentos que propiciaram embasamento ao tema foram pesquisados. Muitas respostas foram encontradas no PPP da escola, de acordo com Gil (2002), uma das primeiras informações a serem consideradas são os registros da própria instituição.

Finalizando essa parte da pesquisa realizaram-se as entrevistas com uma professora e o diretor da instituição de ensino e conforme Appolinário (2006), tal procedimento é relativamente comum nas investigações sociais. A entrevista foi um momento muito marcante nesse estudo, pois, foi através dela que se pode entender como seus participantes organizam as estratégias de ensino, utilizando instrumentos para que essa seja realizada de maneira formativa.

A entrevista se deu entre os dias 10 e dia 15 de março, em seguida, promoveu-se a produção da atividade de resultados. O evento ocorreu na direção da escola com os participantes que foram entrevistados ao mesmo tempo devido à falta de horário de ambos para a realização da mesma. No meio da entrevista o Diretor precisou ausentar-se para resolver problemas que surgiram na escola. A entrevista teve a duração de cinquenta e quatro minutos e foi realizada com auxílio de uma câmera fotográfica.

Elaboramos o seguinte roteiro com 46 perguntas distribuídas em cinco categorias, para a realização das entrevistas:

Apresentação
1. Nome; idade; estado civil; filhos;
2. Qual sua formação? Qual a instituição? Como foi?
3. Já fez algum curso na área de Ensino Especial? Qual? Por quê? Como foi? O que aprendeu?

4. Qual sua história com a escola? Como tudo começou? Há quanto tempo?
Sobre a Inclusão
5. O que é inclusão para você? 6. Onde você aprendeu isso? 7. O que você acha que precisa ser feito para que a inclusão dê certo, para que ela seja ideal? Por quê? 8. Em sua prática como você faz com relação a inclusão? 9. Por que faz assim? Dê exemplos. 10. O que deu certo? Por quê? 11. O que deu errado? Por quê? 12. O que mudou? 13. Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como? 14. Como melhorar? 15. Quem pode ajudar? Por quê?
Sobre o Currículo
16. O que é currículo? 17. Como ele deveria ser organizado para atender a demanda da inclusão? 18. Em sua prática como você faz? Como é a adequação curricular? 19. Por que faz assim? Dê exemplos. 20. O que dá certo? Por quê? 21. O que dá errado? Por quê? 22. O que mudou? 23. Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como? 24. Como melhorar? 25. Quem pode ajudar? Por quê?
Sobre a avaliação
26. O que é avaliação? 27. Como ela deveria ser organizada para atender à demanda da inclusão? 28. Em sua prática como você faz? Como é a avaliação?

29. Por que faz assim? Dê exemplos.
30. O que dá certo? Por quê?
31. O que dá errado? Por quê?
32. O que mudou?
33. Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?
34. Como melhorar?
35. Quem pode ajudar? Por quê?

Sobre formação docente

36. O que é formação docente?
37. Como ela deveria acontecer para atender a inclusão?
38. Onde aprendeu isso?
39. Em sua prática como você faz? Como é sua formação continuada?
40. Por que faz assim? Dê exemplos.
41. O que dá certo? Por quê?
42. O que dá errado? Por quê?
43. O que mudou?
44. Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?
45. Como melhorar?
46. Quem pode ajudar? Por quê?

5.4 - ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Primeiramente iniciou-se a observação de como os professores da unidade de ensino trabalhavam. Após esse período de observação passou-se para a análise documental onde foram utilizados documentos como a OP (Orientação Pedagógica da Educação Especial do ano de 2010), da SEDF (Secretaria de Educação do Distrito Federal), o Projeto Político Pedagógico da escola e o livro Desenvolvimento Humano Educação e Inclusão Escolar (UNB, 2010) que posteriormente foram confrontados com os dados obtidos nas entrevistas.

Após ouvir atentamente as entrevistas procurou-se transcrevê-las, fielmente, não omitindo nem acrescentando nada daquilo que foi dito. Segue-se os passos recomendados por Appolinário:

O produto final de uma análise desse tipo consiste na interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado (...). para que essa interpretação seja feita, entretanto, é necessário conduzir um processo de redução do material original, até o ponto em que as categorias estejam claramente visíveis. (Appolinario, 2006, p.161).

Então selecionou-se as partes relevantes para essa pesquisa. Reduziu-as a quatro categorias confrontando-as com a problemática dessa pesquisa e o referencial teórico. Quais sejam:

- 1- Melhoria da capacitação dos professores tanto dos que atuam com NEE quanto os demais professores, visto que a inclusão é uma proposta prevista pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) **(Formação dos Professores)**
- 2 – Desenvolver um trabalho capaz de suprir as necessidades dos alunos NEE de modo a tornar efetiva a inclusão, para tanto, deve-se contar com suas famílias como parceiras no apoio e desempenho das atividades propostas **(A família como parceira)**.
- 3 – Tornar o currículo mais funcional através de adequações curriculares **(Currículo e suas adequações)**.
- 4 - Mudança dos padrões de avaliação a serem aplicadas. **(Avaliar no dia a dia)**

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS

Neste capítulo, mostram-se os resultados do estudo, onde se apresentam as informações construídas a partir da análise documental e das entrevistas.

Assim, busca-se demonstrar a efetivação do objetivo geral que é compreender como o processo de inclusão acontece numa escola da rede pública do Distrito Federal.

6.1 - O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Na escola pesquisada o PPP objetiva auxiliar na formação dos educandos de modo que possam reprimir qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a qualquer preconceito de classes ou de raças.

Visa ainda compreender os direitos e deveres da pessoa humana, dos cidadãos, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade, observando a igualdade de direitos, de forma a garantir a equidade entre os níveis. Em relação ao objetivo específico, o PPP especifica como capacitar os educadores e a escola de modo geral quanto à acolhida do aluno NEE e seus familiares.

Por ser inclusiva, a escola visa também à promoção e o desenvolvimento das potencialidades de pessoas NEE`s. Abrangendo os diferentes níveis do sistema de ensino, fundamentando-se em referências teóricas e práticas de acordo com as necessidades específicas do aluno, com a finalidade de formar cidadãos conscientes e participativos. (Carta de Gontien, Tailândia - 1990) Assim, molda-se mais uma vez, no objetivo específico de criar boas alternativas de incluir e educar crianças e adolescentes NEE`s.

Baseia-se, ainda, na Declaração dos Direitos Humanos (1948), que assegura o direito de todos à educação pública gratuita; na Declaração Mundial de Educação para Todos (1993) que propõe o desenvolvimento das potencialidades humanas, visando à melhoria de qualidade de vida e a participação do cidadão em seu meio cultural e ambiental; e na Declaração de Salamanca (1994), que inclui as pessoas

com necessidades educacionais especiais graves ou dificuldades de aprendizagem no ensino regular.

Dentro dos objetivos da pesquisa, temos o direcionamento do PPP da escola pesquisada no sentido de proporcionar a inclusão dos alunos NEE. O Projeto faz referência ao atendimento no Ensino Especial onde são oferecidas: classe de educação bilíngüe para educação infantil e alfabetização com um professor bilíngüe; classe de educação bilíngüe a partir do 4º ano com dois professores sendo um regente e o outro intérprete. Essas classes são destinadas a alunos DA (deficiência auditiva); classe comum do ensino regular, onde o aluno surdo será inserido entre alunos não surdos e classe reduzida conforme estratégia de matrícula; Sala de recursos é o espaço físico da escola que adota a filosofia da educação inclusiva, oferecendo atendimento educacional especializado aos alunos NEE no contra turno ou no mesmo turno que estuda. Além dos alunos com deficiência auditiva, a escola recebe alunos com outros tipos de necessidades especiais que são incluídos em classes comuns.

O ensino especial seguirá ainda, a proposta de trabalho sugerida pelo PPP, onde o currículo será operacionalizado de forma a possibilitar a aprendizagem dos alunos diante das dificuldades apresentadas, através da adaptação curricular como forma de organização do ensino, promovendo assim, uma aprendizagem mais significativa e eficiente onde o currículo regular será referência básica para nortear a organização do trabalho consoante com as necessidades do aluno através de uma adaptação processual.

Segundo o PPP da escola pesquisada, o processo de avaliação não se refere apenas a uma verificação do rendimento escolar do aluno, mais sim, a todo um processo de adaptação e crescimento que consciente do seu papel apresente domínio sistêmico evidenciado nas demonstrações e articulações práticas com a vida.

6.2 DA ENTREVISTA

As entrevistas demonstram a concepção do diretor e da professora em relação às práticas da inclusão. Assim, buscou-se apresentar o resumo das duas

entrevistas realizadas considerando os aspectos relevantes para este estudo. A íntegra das entrevistas podem ser apreciadas no anexo.

A entrevista foi realizada entre os dias 10 e 15 de março do ano de 2011, contando com a colaboração do diretor e de uma professora da escola pesquisada e direcionada a partir dos questionamentos apontados no capítulo 5 desta pesquisa.

6.2.1 - O DIRETOR

O Diretor relatou que sua história na escola iniciou-se há 10 anos, com a necessidade de encontrar vaga efetiva. A escola classe pesquisada era a mais próxima de sua casa sendo ela a escolhida. Ele começou como supervisor administrativo, vice-diretor e hoje está diretor/gestor.

Declarou, ainda que, hoje identifica-se muito bem com as crianças, mas, no início acreditava que não iria se adaptar por não ter apego a elas, já que, anteriormente, era professor de Ensino Médio (com adolescentes e adultos) e não de Escola Classe (crianças).

O diretor afirmou que tenta ser profissional com as crianças. Ele acredita que sua função é conhecer e trabalhar com elas, pois, a partir do momento em que esta no ambiente de trabalho, precisa fazer desse local um lugar prazeroso. Assim adaptar-se às crianças foi uma decisão de mudança de postura.

Para o diretor a inclusão é vista da seguinte forma: quando se trabalha fora de uma escola inclusiva, você acha que ela não existe, acha que é brincadeira, mas quando você começa a vivenciar a inclusão, você vê que ela é fundamental, ela é uma coisa muito bonita, pois, nela não há discriminação. Ele exemplificou essa conceituação utilizando relatos de vida do aluno “P”, que tem um problema orofacial (má formação genética lábio leporino e fenda palatal) muito grande, e que segundo ele, Diretor, em qualquer outra escola esse aluno teria um problema de relacionamento muito grave, o que na escola pesquisada o aluno não demonstra ter, por ser aceito pelos outros alunos, o que deixa o Diretor emocionado.

Quando o diretor chegou a essa instituição de ensino com a mentalidade de ficar em sua salinha lidando com o administrativo da escola, cuidando da merenda... Percebeu que as pessoas que já se encontravam na escola estavam, em suas palavras, loucas, percebeu a necessidade de lidar com o desafio de trabalhar (e

transformar) uma escola classe comum que estava se transformando em uma escola inclusiva.

Ao observar o trabalho da professora que, na época, tinha quatro alunos, o diretor percebeu que tinha em suas mãos alunos NEE`s e, sendo assim, suas mães, passavam o dia na escola esperando seus filhos.

Foi o marco de sua adaptação às crianças, as suas diferenças, necessidades e capacidades vivenciadas no dia a dia da escola.

Segundo seu relato, quando o mesmo começou a trabalhar na escola, existia discriminação até na maneira de tratar os NEE`s. Atualmente depois de um trabalho de equipe voltado para a conscientização do espaço e comunidade escolar sobre as diversidades, ninguém fala sobre deficiência como anormalidade. Hoje, não há discriminação em massa dos colegas, porque um é gago, outro não tem orelha... Hoje, os alunos se solidarizam com os que necessitam de maior atenção.

O diretor esclarece que mesmo reconhecendo que é complicado e árduo, que a rede pública de ensino não oferece suporte adequado as escolas inclusivas. Na escola pesquisada, como gestor ele tenta dar suporte para os professores. Aduz que não é o suficiente, mas, na medida do possível procura abraçar a causa. Declara que quando identifica as dificuldades que surgem na escola procura ajudar na solução dos problemas.

Em seu relato, argumenta ainda, que sempre mostra aos professores, as turmas/alunos que irão pegar. Em sua opinião só deve trabalhar com uma turma inclusiva o professor que tenha uma visão diferenciada, o professor que trabalha com afetividade. Este professor deve identificar como o aluno está, se bem ou mal, deve demonstrar paciência e tentar ajudá-lo em suas necessidades de forma a saná-las.

De acordo com o diretor as crianças NEE`s são mais sensitivas, então, se o professor estiver feliz elas estarão felizes, se o professor estiver triste elas também apresentaram a tristeza. O professor deve saber disso, deve perceber essa necessidade dos alunos e se beneficiar dela.

Para o diretor é imprescindível que o professor de ANEE, tenha capacitação, preparação e vivência naquilo que vai trabalhar. Ele relata que hoje, professores que fazem o estágio, fazem e pronto; já querem pegar uma sala de aula. No entanto, conforme sua visão, só isso não capacita para responsabilizar-se por uma turma com 28 alunos somada a três NEE`s.

Quanto à inclusão, declara que, esta, não tem uma fórmula pronta, não existe os 100%. A inclusão é feita através de tentativas. É uma ciência experimental, que vai sendo transformada ano a ano. Em alguns alunos você tenta algo em um ano, em outro ano tenta de outra forma. É necessário ter a cabeça aberta para novas tentativas, aberta ao diálogo, e ao aconselhamento. Dessa forma, deve-se buscar a troca de experiências, os conselhos e idéias diferenciados para melhor lidar com os alunos.

Segundo ele, uma experiência boa para aluno que dá muito trabalho é lhe dar responsabilidade. Ele ficará empolgado, e isso acarretará na transformação do seu comportamento. No entanto, pode acontecer o contrário, o sentimento de poder sobrepujará às responsabilidades demonstrando que ele não será bom líder. Então, é necessário perceber o perfil dos alunos para adequar as atividades a serem desenvolvidas.

Segundo o diretor, ainda há profissionais de educação que não absolveram a inclusão como caminho sem volta e que todos devem preparar-se para vivenciar o processo de inclusão em sala de aula.

Por isso, para ele é muito importante a preparação/qualificação do professor frente ao NEE, pois, assim terá meios de melhor trabalhar o desenvolvimento dos alunos que irá receber. O professor de NEE deve preparar-se psicologicamente para trabalhar com essas crianças.

De acordo com o gestor, alguns professores dizem não estarem preparados para conviver com NEE`s. Portanto, aqueles que querem assumir classes especiais ou de inclusão devem fazer cursos de preparação/qualificação e utilizar a sala de recursos como ferramenta de ajuda aos alunos comprometidos.

O diretor considera a Sala de Recursos de grande valia no auxílio ao professor de NEE`s. É ambiente de apoio e esclarecimento aos familiares e professores do NEE para que tenham o entendimento de que a evolução da educação é a inclusão. Juntos devem buscar entender porque a crianças pensa e age de determinada forma. Faz-se necessário a dialogia.

Ele declara que é de suma importância o papel da família junto aos professores. O diretor citou o exemplo de uma mãe chamada "R" que é uma mãe inclusiva, ela sabe que vai ter que dar mais atenção aos filhos, mas, precisa dar uma boa criação, brigar, chamar atenção, perceber que os filhos estão crescendo, se desenvolvendo. Mas, para o diretor o primeiro passo que as famílias do NEE devem

dar é buscar ajuda da escola através de um acompanhamento com a equipe especializada.

Para ele, é muito bom ver os alunos NEE que estudaram na escola e que hoje estão no ensino médio estão se desenvolvendo próximo do normal. Esse bom desenvolvimento é um reflexo da atividade dos pais segundo o gestor. Esses alunos atualmente agem com naturalidade condizente a adolescentes “normais” porque primeiro tiveram uma escola que os acolheu, que lhes ofereceu essa estrutura.

As afirmações feitas pelo diretor salientam que o primeiro ponto para se aplicar a inclusão é a não discriminação, tratar com naturalidade a criança NEE e não como uma coitadinha, uma vítima incapaz. Como exemplo, ele citou o caso da aluna “M” que anda no recreio com a maior naturalidade, mesmo tendo “ossos de vidro” que se quebram facilmente, sem medo. Ele é partidário do recreio onde as crianças brincam juntas, especiais ou não num verdadeiro exercício de inclusão.

6.2.2 - A Professora

A professora declarou vir de outra escola do setor P Sul. Veio acompanhando os alunos DA, que passaram a integrar esta instituição de ensino desde 1999. Inicialmente, era a única professora de DA. Depois outros passaram a fazer parte do quadro efetivo. Essa nova equipe colocou as crianças deficientes auditivas para interagir com as demais.

Em sua opinião a inclusão acontece diariamente, pois quando se experimenta essa vivência no dia-a-dia, torna-se mais fácil de entender as vitórias, bem como suas adversidades. Existem prós e contra, têm coisas boas e ruins dentro desse processo, e isso se aprende com as dificuldades e alegrias da inclusão. Declara que o fazer se aprende no dia a dia. A inclusão, a seu ver, teoricamente, é muito bonita, mas quando chega à prática é bem diferente. A inclusão acontece quando a criança é vista com outros olhos, de acordo com suas limitações, seu tempo, seu desenvolvimento, observando os parâmetros dela.

A professora concorda com o diretor quanto à conscientização do professor diante do recebimento de um aluno NEE em sua sala. Com a preparação e a experiência o resultado final pode ser bem melhor.

Quanto à participação da família ela declara que é importantíssima. Relata que já inicia o ano com uma reunião de pais onde busca mostrar, aos responsáveis, pelas crianças, que não devem tratar como vítima um sujeito por sua deficiência. É necessário que vejam tal sujeito como capaz dentro de suas limitações, gerando com essa atitude desenvolvimento e maturidade dos alunos NEE's.

A docente diz que em sala de aula já desenvolveu inúmeras experiências que aplica e aprimora a cada ano, com o propósito de melhorar sua prática em sala de aula.

Para a professora trabalhar com turma inclusiva gera mudança de postura frente aos desafios, pois à medida que ensina, aprende com os alunos. Essa troca de experiências é de grande importância.

Aos professores de NEE que se mostram cansados e desiludidos com o sistema educacional vigente, ela ressalta que uma forma de ajudar é promover maior qualidade nos aspectos pedagógicos, onde o currículo é o caminho a seguir. Observando-se que há várias formas de se percorrer esse caminho. Ele será o norte de forma que se faça a adequação curricular com intuito de crescimento e desenvolvimento de um sujeito cidadão, atendendo suas necessidades reais para a vida.

Esse currículo, ela esclarece, não é específico à promoção da inclusão, por isso a necessidade de sua adequação às prioridades de/na formação deste educando, construindo essa formação por meio de seus conhecimentos já adquiridos por meio de vivências em sua prática social.

Para chegar aos novos paradigmas, a professora declara que teve de mudar visões e postura, com o intuito de ajudar seus alunos e aprimorar seu desempenho profissional. Essa mudança ocorreu através de cursos e da convivência com os colegas. Ela sustenta que é preciso entender a lógica de pensamento do aluno, desafio, esse, que só os corajosos encaram na busca de um fazer diferente.

Com a experiência percebeu que a avaliação deve ser diária com fins de verificar o desenvolvimento do aluno a partir de suas possibilidades e capacidades. Para ela o aluno não é avaliado apenas por uma prova, tendo em vista que essa estratégia não seja suficiente para avaliar a capacidade de um aluno. A avaliação deve ser processual utilizando as adequações devidas. Esse procedimento faz parte de seu cotidiano educacional, como aquela que aprende e como aquela que ensina, e é feito por meio de relatórios daquilo que o aluno aprendeu a cada dia, como

demonstrou seu rendimento e de que forma se propôs a participar e concluir suas atividades diárias.

A avaliação, nesse caso, é considerada por ela, como fator de avaliação do professor, que deve perceber-se como atuante e responsável pelo crescimento de seus alunos, de forma que verifique a necessidade, ou não, de voltar e ensinar novamente determinado conteúdo com novas estratégias.

Quanto à formação dos discentes, a professora, declara os cursos ofertados pela SEDF como válidos na aquisição de capacidades e competências necessárias a serem utilizadas na sala de aula. No entanto, tais cursos deveriam ser mais aprofundados em relação ao cotidiano do educador em sala de aula, de maneira que não se dê maior relevância à teoria, mas, maior aplicação prática envolvendo a troca de experiências. Segundo ela existe muita teoria e pouca ação.

Relata , ainda sobre a visão errônea de certos docentes efetivos, no quadro da secretaria, em fazer os cursos de qualificação profissional apenas pela pontuação necessária para contagem de pontos e plano de carreira, e não para aplicação e qualificação de sua atuação como formador de cidadãos.

CAPÍTULO 7- ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo analisaremos as informações a partir das categorias que iremos construir, depois dos dados coletados.

7.1 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

De acordo com o PPP da escola pesquisada, o professor deve ter muito claro que seu papel é educar, a fim de poder situar suas intervenções no processo de formação do educando onde nas relações com os alunos, prevaleça a atitude de respeito referente às diferenças individuais e a delicadeza no tratamento com o próximo.

O diretor afirma que, quanto à escolha de turmas, ele adverte os professores quanto a essa responsabilidade, por entender que turmas especiais são turmas que apresentam grande desafio aos docentes e que o sucesso da aprendizagem depende do empenho do educador.

Diretor

“Mostro as turmas, os alunos, tento mostrar que só pode trabalhar com uma turma inclusiva o professor que tem uma visão diferenciada, o professor tem que trabalhar com os olhos e com o sentimento.”

O gestor admite que embora hajam cursos oferecidos aos professores interessados em atuar no ensino especial, ainda há profissionais resistentes quanto a sua atuação nessa modalidade de ensino:

Diretor

“Outros professores dizem não estar preparados para conviver com alunos especiais. Portanto, os professores devem fazer cursos de preparação.”

Segundo o diretor a inclusão é vista da seguinte maneira:

Diretor

“Quando se trabalha fora de uma escola inclusiva você acha que não existe, acha que é brincadeira, mais quando você começa a vivenciar a inclusão você vê que é fundamental, você vê uma coisa muito bonita que não tem discriminação. Todas as turmas os alunos ajudam os outros que necessitam.”

A inclusão, para o diretor é um caminho sem volta, todos os educadores devem estar preparados para que ela ocorra em sala de aula, através de meios vivenciais inclusivos.

Assim, os serviços de apoio pedagógico especializado, em classes comuns ou em salas de recursos são incentivados. No art. 8º do CNE, prevê-se que o “professor especializado em educação especial realiza a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos”.

Portanto, os professores devem fazer cursos de preparação, devem também utilizar a sala de recursos como ferramenta que auxilie no trato dos alunos comprometidos quanto à aprendizagem. Como disse a professora:

“São os cursos que se faz para se adquirir as capacidades e competências necessárias para a sala de aula.”

Como forma de fundamentar o tema proposto, argumenta-se que:

(...) a formação permanente de professores/as apresenta-se como uma das medidas principais do receituário neoliberal para a solução dos problemas educacionais. A receita obedece à estratégia de responsabilizar os professores/as pelos fracassos da escola pública. (Leão, 1998, p. 47-48)

Leão (1998) continua esclarecendo a necessidade de capacitação e formação dos professores. Atribui ainda que melhorar a capacidade do aluno e do professor é o foco central das políticas educacionais.

(...) os sistemas educacionais são chamados a se qualificarem e a se flexibilizarem. As escolas tornam-se unidades de capacitação cuja qualidade depende de sua eficácia em formar esse novo trabalhador e de um professor que seja um profissional qualificado, apto a lidar com esse novo perfil de aluno. (LEÃO, 1998, p. 47)

Segundo Morales:

Mas nunca é demais dedicar ocasionalmente algum tempo ao exame de nossa prática docente. Nem todos os modelos que tivemos são bons modelos, e pode ocorrer que aquilo que criticamos em alguns professores, seja o que fazemos agora com nossos alunos. Por outro lado, embora a experiência seja uma boa mestra, também é verdade que os anos podem consolidar rotinas e práticas que podem ser melhoradas. Portanto, nunca é demais dedicar algum tempo à revisão crítica e ao estudo do que pode nos tornar melhores professores. (MORALES, 2003, p. 9)

É imprescindível estimular momentos de formação do professor, seja no próprio ambiente de trabalho, a exemplo das coordenações pedagógicas, seja externamente, num canal entre a universidade e a escola.

Pois segundo Vasconcelos (2008):

Não adianta o professor mudar apenas a sua prática: há que se mudar sua postura como um todo. É importante a participação do professor na condição de sujeito (e não de objeto), caminhando de uma prática imitativa (cultura de reprovação) ou reativa (mera aprovação) à práxis transformadora (ensino de qualidade democrática para todos) (p.223)

Nesse sentido, de acordo com o que já foi dito é preciso melhorar a capacitação dos professores tanto dos que atuam quanto os que não atuam com ANEE, tendo em vista que a inclusão é uma proposta prevista pelo MEC.

De acordo com o diretor há a necessidade de tornar o ambiente de trabalho um local prazeroso a fim de que se possa efetivar e desenvolver o trabalho docente da melhor maneira possível visando o aproveitamento da atividade ofertada aos alunos.

7.2 - A FAMÍLIA COMO PARCEIRA

Os pais, devem ser conscientizados desde o momento em que realizam a matrícula do filho, por meio da apresentação da proposta pedagógica, passando pelo convite ao envolvimento na elaboração do Projeto Político Pedagógico, na participação em associações como o Conselho Escolar ou a Associação de Pais e Mestres, até a participação assídua nas reuniões escolares. Estes espaços

representam importante local de formação e não apenas espaço para divulgação de notas ou de reclamações quanto ao comportamento dos filhos.

Segundo o diretor, é de grande importância a participação da família, pois a inclusão só é efetiva quando a criança é entendida e aceita.

Diretor

“No caso da “R”, é uma mãe inclusiva, ela sabe que vai ter que dar mais atenção aos filhos mais precisa dar uma criação, brigar, chamar atenção, perceber que os filhos estão crescendo, desenvolvendo, mas o primeiro passo é perceber que deve buscar ajuda da escola, um acompanhamento. É muito bom quando você vê no ensino médio os alunos dando trabalho para as mães, namorando, se desenvolvendo próximo do normal no segundo ano do segundo grau, é um reflexo da atividade dos pais. Os alunos brincam andam, mais primeiro tiveram uma escola que acolheram uma estrutura, então hoje quando eu vejo determinadas garotas, bem entrosadas, até aquela cega, com deficiência andando na boa, bem tranqüila.

Nessa perspectiva, destaca-se a unidade entre intelecto e afeto para o desenvolvimento normal do NEE. De acordo com Vigotski (1997), “tudo reside no fato de que o pensamento e o afeto representam partes de um todo único – a consciência humana.” (VIGOTSKI, 1997, P.268).

Para a professora é papel também da escola alertar os familiares do NEE sobre como lidar com ele tendo em vista que segundo Coelho (2010) dependendo de como se entende a deficiência ela será relacionada à falta estigmatizando o individuo NEE “em relação ao que aquela necessidade representa. Suas vivências emocionais serão associadas ao pessimismo, ao medo e a adversidade, a insegurança, etc.” (Coelho, 2010, p.65)

Professora

Esse ano eu comecei o ano com uma reunião de pais. Assim, busquei mostrar pra família que os pais não podem tratar como um coitado por sua necessidade, assim, eles sendo vistos como normais na medida de suas capacidades gera um desenvolvimento e uma maturidade.

Através da observação percebeu-se que os familiares de alguns NEE`s, que passam o dia na escola, tornaram-se voluntários dentro da unidade de ensino. Auxiliando nas festas, reuniões e outros eventos voltados à comunidade. A relevância dessa participação no desenvolvimento dos seus filhos foi de grande valia, devido ao envolvimento deles nesse processo.

Por essa razão destaca-se o importante papel da família como parceira da escola, que, para Coelho (2010) os parceiros devem compartilhar a compreensão de que todos são sujeitos de seus processos, é nesse caráter mutuo que se encontram respostas motivações, voz e criatividade.

Ainda segundo a autora, uma das importantes estratégias para garantir a inclusão é a proteção dos direitos do NEE e de seus pais/responsáveis através do envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais.

De acordo com tudo que foi colocado, reiteramos que, para desenvolver um trabalho capaz de suprir as necessidades dos alunos NEE tornando efetiva a inclusão, deve-se contar com suas famílias como parceiras no apoio e desempenho das atividades propostas.

7.3 – O CURRÍCULO E SUAS ADEQUAÇÕES

Segundo o diretor, é o currículo que prepara a escola para que todos sejam iguais.

Para a professora o currículo é:

Professora O currículo é o caminho a seguir, mais existem várias formas de se percorrer o caminho, é para dar o norte, assim, fazemos a adequação do currículo a cada necessidade, para atender a realidade de cada sala, de cada aluno.

As adequações curriculares, para a educadora, são de grande ajuda na melhoria do trabalho docente:

Professora Um exemplo de adequação foi uma visita ao mercado, onde eles mesmos escolheram o produto, eles pagaram, com a vivência na prática; é certo e eles conseguem consolidar. Uma coisa que deu errado dentro do currículo eu tinha uma visão que eles tinham que ler como eles escrevem, o vocabulário deles é muito restrito, assim eu tive que mudar e ajudar no vocabulário.

A professora relata não haver um currículo específico voltado à inclusão, portanto, deve-se trabalhar com adequação curricular em cima do currículo comum, a partir da necessidade, do aluno adéqua-se, dentro do ambiente escolar, os conteúdos trabalhados visando ao seu desenvolvimento utilizando o que é mais necessário, e aquilo que o educando já traz com ele.

Os professores utilizam o que a escola oferece como previsto na resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação, 2001art. 15): “a organização e operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino”.

De acordo com o diretor dá certo trabalhar com adequação curricular porque são planejadas para atingir o aluno diante de suas necessidades. Para a professora a adequação para dar certo precisa corresponder a uma necessidade do educando:

Professora Um exemplo de adequação foi uma visita ao mercado, onde eles mesmos escolheram o produto, eles pagaram, com a vivencia na prática é certo e eles conseguem consolidar.

Uma adequação errada, de acordo com a professora, é aquela que apresenta uma visão distorcida quanto ao que esperar dos alunos frente à adequação feita. Quando isso ocorre, segundo ela é preciso repensar a adequação feita e refazê-la mudando as estratégias.

Segundo os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1999, p.33), as adaptações curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos para que esses possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis.

Redruello (2002) tem por definição que as adaptações curriculares são “um conjunto de modificações ao currículo comum que se efetuam para dar uma resposta adequada aos alunos com “necessidades educativas diversificadas”, sendo algumas delas consideradas especiais”.

Não queremos dizer com isso que deve haver um currículo diferenciado, “mais fácil” para o aluno NEE. É preciso utilizar adaptações tanto do currículo, como das aulas e da avaliação para atender às necessidades dos alunos, desmistificando a educação da homogeneidade, apropriando-se dos momentos de conflito para construir os potências de desenvolvimento humano.

7.4 – AVALIAR PARA INCLUIR

Segundo Hadji (2001), a avaliação formativa não segue um padrão metodológico, utiliza diversos instrumentos e pode ser tanto quantitativa como qualitativa.

Duas coisas são, pois, claramente declaradas: a avaliação torna-se formativa na medida em que se inscreve em um projeto educativo específico, o de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, deixando de lado qualquer outra preocupação (...). A partir do momento em que informa é formativa, quer seja instrumentalizada ou não, acidental ou deliberada, quantitativa ou qualitativa (...). Uma avaliação não precisa conformar-se a nenhum padrão metodológico para ser formativa. (HADJI, 2001, p.20)

Surge, portanto, a necessidade de uma transformação tanto na metodologia aplicada à sala de aula quanto no processo avaliativo. Por isso, Vasconcellos (2000) aponta cinco princípios para a avaliação formativa: (1) alterar a metodologia de trabalho em sala de aula; (2) diminuir a ênfase na avaliação classificatória; (3) redimensionar o conteúdo da avaliação; (4) alterar a postura diante dos resultados da avaliação e (5) trabalhar a conscientização da comunidade educativa.

A avaliação é concebida como processo, por isso é dinâmica e contínua. Defensora incansável da avaliação formativa, Hoffmann (2008) coaduna-se com as idéias de Vasconcellos (2000) estimula realizar avaliação sócio-afetiva e auto-avaliação, no entanto, as notas não podem ser dadas por benevolência, mas pelo efetivo cumprimento de tarefas ou atividades, sejam individuais ou em grupo.

Com relação à ansiedade que os pais têm por notas, Hoffmann (2008) explica como a escola que deseja modificar seu processo avaliativo deve proceder.

(...) Por onde vi que as escolas efetivaram processos de avaliação contínua/mediadora? Pelo trabalho desenvolvido com os alunos – que é o que conta – pelo tempo que ofereciam aos professores para estudar e discutir, pelo respeito com que os pais eram recebidos na escola; pela luta que travavam para ajudar cada criança ou jovem que aparecia com alguma dificuldade. Principalmente pela participação da direção e da coordenação em todas as reuniões de estudo, pelo clima de envolvimento e de satisfação entre professores, pela continuidade em torno de um mesmo tema de estudo. Isso os pais vêem também. As escolas não precisam se esforçar em aparentar isto ou aquilo. Basta ser. (HOFFMANN, 2008, p.155-156).

A avaliação formativa deve valorizar as habilidades que cada aluno possui, assim como desenvolver outras. Daí a importância da diversificação de seus instrumentos. O entendimento de Luckesi (2000) sobre a avaliação inclusiva se reflete da seguinte forma:

Na avaliação inclusiva, democrática e amorosa não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente em busca do melhor. Sempre !” LUCKESI, 1997. (p.108)

A professora enfatizou a importância de avaliar no dia a dia, onde o aluno traz um pouco de sua experiência para a sala:

Professora

“A avaliação diária, a avaliação de um dia apenas ou por prova não é suficiente de avaliar a capacidade do aluno. Voltar e ensinar novamente o conteúdo de outra forma. É um meio diário de você perceber o desenvolvimento do aluno, diariamente, perceber aquilo que ele não está desenvolvendo. O aluno não é avaliado apenas por uma prova, é um procedimento processual e para atender a inclusão deve ser aplicada as adequações.”

Segundo Coll Et. al. (2003, Apud Gauche, 2008) defendem que devemos refletir sobre como a avaliação deve acontecer no cotidiano da sala de aula: “Na atividade cotidiana que acontecem nas salas de aula, nas atividades de ensino aprendizagem que nelas são efetuadas, as respostas às perguntas sobre o quê, como se e quando avaliar.”

Percebe-se que grande parte das sugestões apontadas por este trabalho já são prática utilizada pela escola. Segundo Vasconcelos (1996), “se queremos uma escola que prepare para a vida, que não seja reprodutora dos modelos sociais, mas que promova o desenvolvimento integral dos alunos, necessariamente nós temos que repensar avaliação”.

CAPÍTULO 8: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tela abordou, sob a perspectiva de uma das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, parte da realidade educacional no tocante a inclusão escolar.

De acordo com breve histórico da educação especial citada neste trabalho, as pessoas diferentes foram completamente expostas e marginalizadas em detrimento de suas diferenças apostas em razão dos padrões socioculturais de determinados povos e de determinadas culturas.

Anos mais tarde, com a Declaração dos Direitos Humanos, houve o início das transformações adornadas pelas mobilizações das minorias em luta de seus direitos excluídos e injustiçados. A partir de então, dá-se início a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas participações gradativas da sociedade.

A Declaração de Salamanca foi o divisor de águas em razão da inclusão que abrange as minorias. Sugestão desta declaração é a inclusão das crianças NEE's em escolas comuns buscando a abordagem de combate ao preconceito.

A realidade educacional e a inclusão escolar é uma questão que aborda as sistemáticas da inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais em suas capacidades dentro da perspectiva da educação inclusiva, respeitando as normas e ditames das convenções e declarações universais em defesa dos direitos das minorias e suas adaptações para sua receptividade.

Em alusão a problemática, buscou-se a elucidação da forma como acontece a inclusão nas escolas públicas no Distrito Federal ante a necessidade da verificação da metodologia de inclusão do NEE na escola pública ante a prática reiterada de equívocos na aplicação das diretrizes legais.

Em alusão ao objetivo geral, temos a compreensão o processo de inclusão na escola que foi objeto da presente pesquisa. Como objetivos específicos, temos ainda a compreensão da efetividade, da preparação e formação dos professores, a parceria das famílias como parte de grande relevância no processo de inclusão. Outro ponto de interesse abordado pelos objetivos específicos à adaptação do currículo funcional e ainda os modos de avaliação dos alunos para a efetiva inclusão. De acordo com Vasconcelos (2008), o professor age como age, por falta de capacitação, por não saber fazer diferente.

Para apresentar uma visão clara do processo de inclusão busquei entendê-la através da ótica de uma professora e do diretor da escola pesquisada. Por isso, escolhemos como instrumentos a observação, a pesquisa documental e as entrevistas.

A partir da análise desses instrumentos cheguei a quatro categorias seguindo a técnica de análise proposta por Appolinário (2006) que afirma que o produto final de uma análise consiste na interpretação teórica das categorias que surgem a partir do material pesquisado. As categorias aqui produzidas demonstraram as aprendizagens construídas nesse estudo a respeito da realidade educacional e da inclusão escolar que se fundamenta nos pressupostos de uma educação formativa.

Em alusão ao objetivo geral temos a compreensão do processo de inclusão na escola que foi objeto da presente pesquisa. Como objetivos específicos, temos ainda a compreensão da efetividade da preparação e formação dos professores a parceria das famílias como parte de grande relevância no processo de inclusão. Outro ponto de interesse abordado pelos objetivos específicos é a adaptação do currículo para torná-lo funcional e ainda os modos de avaliação dos alunos para a efetiva inclusão.

Concluo meu estudo acreditando que a inclusão de qualidade é possível, apostando numa postura de respeito dos professores frente aos seus alunos com dificuldades de aprendizagens sendo eles NEE's ou não.

Aponto para algumas atitudes práticas fundamentais para o sucesso desse processo como, por exemplo, a formação continuada dos professores para atingir esse objetivo, pois, não há mudança se não acreditamos nela e, acreditar é procurar romper barreiras, ir além das dificuldades, parar de achar que estamos prontos e prestar atenção em nossa própria prática que precisa ser decifrada, compreendida, por nos mesmos, e sempre renovada (Prais, 2009).

Não adianta o professor apenas mudar sua prática: há que se mudar sua postura como um todo. É importante a participação do professor na condição do sujeito, caminhando de uma prática imitativa ou reativa a práxis transformadora (Vasconcelos, 2008).

Como formaremos cidadãos que promoverão as mudanças necessárias no meio em que vivemos construindo uma sociedade melhor? Ansiamos por educadores que sejam capazes de desencadear ações que tornem os seres

humanos melhores, que pensem no outro e no futuro do planeta, que utilizam para isso criatividade, disposição e, como falou o diretor, sentimento.

É preciso encorajar vôos:

[...] Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. [...] (Rubem Alves, 2001)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Gaiolas e asas**. Jornal A Folha De São Paulo. 2005. São Paulo, Edição do dia 08 dez. 2001.

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma Inclusão Nada Especial**: dissertação de mestrado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002

APPOLINARIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

ARAÚJO, Paulo. A Educação no país evoluiu, mas ainda não é para todos. **Revista Nova Escola**. São Paulo, ano 23 n. 210, p. 34, mar. 2008.

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão**. Universidade do Oeste Paulista, São Paulo. Pós Graduação. 2008

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CNE. Resolução CNE/CES 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2002.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Brasil. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/cf88>>. Acesso em 20 fev. 2011.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394>. Acesso em 20 fev. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007

_____. Ministério da Educação. SEESP. Acessibilidade arquitetônica. In: BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento educacional especializado: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2007. p. 105-108

_____. Ministério da Educação. SEESP. Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão. In: Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2007. p. 13 -27

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. Lei 8069 de 30 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <<HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil/lc8069/eca>>. Acesso em 10 fev. 2010.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. São Paulo, Educ, 2001.

CANDAU, Vera Moreira. BARBOSA, Antonio Flavio Moreira. (2003). Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 23. p. 156.

CARVALHO, R. E. **Escola e reorganização do trabalho pedagógico**. 1º Ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?** Máthesis – Revista de Educação. Jandaia do Sul, v. 7, n. 1, p. 47-65, jan./jun. 2006.

_____. **Removendo barreira para a aprendizagem**. 6º Ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010

CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994.

DISTRITO FEDERAL. Orientação Pedagógica da Educação Especial do ano de 2010 da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). 2010.

_____. Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 08 de junho de 1993.

DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos ouvintes**. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. Nº 9, p.24-29, janeiro-junho, 1998.

FERREIRA, W. B. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola para todos??? Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, MEC/Secretaria da Educação Especial. Out. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** – 47ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

GAUCHE, R. et al. **Formación de profesores de química: concepciones y propuestas**. **Alambique Didáctica de las Ciencias Experimentales**, n.51, p.40-48, enero 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ REY, F. **Comunicación, personalidad y desarrollo**. Havana: Pueblo y Educación, 1995.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20. ed. – Porto Alegre: Mediação, 2008.

LEÃO, A.M.C. **O processo de inclusão: a formação do professor e sua expectativa quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo**. 2004. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Macedo. 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MACEDO, L. Ensaio Pedagógicos: **Como construir uma escola para todos?** Porto Alegre. Artmed, 2006.

MACIEL, D.A; BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO Escola (de Qualidade) para Todos**. (2008) Disponível em <http://www.cjb.org.br/hod/inclusao/textos/integracao.htm>

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set.-dez./2006.

MINAYO, M. S. C. (Org) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MITTLER, P. **Educação inclusive – contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAIS, Edson Vando de Souza. **Educação Especial: Reflexões Necessárias**, 2009.

MORALES, Pedro. **Avaliação escolar: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

OMOTE, Sadao. **A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão**. In.: BARBOSA, Raquel L.L. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ONU. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. Brasília, 1994.

ONU. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: <HTTP//: www.mj.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2010.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS – Adaptações curriculares – Ministério da Educação. Brasília:1999.

PRAIS, Ireni Terezinha Alves. **Avaliação Formativa: Uma proposta para o ensino médio**. Monografia Pós Graduação, 2009. Universidade de Brasília. Brasília: BDTS. 2009.

REDRUELLO, Arranda. **Educação Especial**. Madrid: Pearson Educación, 2002.

SANCHES, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão: **Revista da Educação Especial**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial. Ano 1, n. 1, p. 7-17, 2005.

_____. Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, MEC/Secretaria de Educação Especial. Ano 1, n. 1, p. 7-17, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão Construindo uma Sociedade para todos**. 3º Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SUPLINO, M. Currículo Funcional Natural: guia prático na área de educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Maceió: Assista, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: **Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 11. ed – São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **Planejamento. Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**, São Paulo, Libertad, 1999.

_____. **Avaliação: Concepção Dialética libertadora do Processo de Avaliação**. São Paulo: Libertat, 2008.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas** (Vol. 3). Madrid: Visor. (1995).

WERTHEIN, Jorge. íntegra de entrevista: Jorge Werthein a Folha De São Paulo. 2005. Jornal A Folha De São Paulo. 2005. São Paulo.

ANEXO

APRESENTAÇÃO

1.Nome; idade; estado civil; filhos;

Diretor: R da S C I, tenho 45 anos casado 3 filhos,

Professora: R C B A, 37 anos, dois filhos, casada.

2.Qual sua formação? Aonde? Como foi?

Diretor: Ciências econômicas na UCB de 85 a 89, Pós Graduação em inclusão, inicialmente para aumentar o salário e pela oportunidade de aprender uma nova atividade.

Professora: Pedagogia na UNB, Pós Graduação na Facitec, de 1999 faz cursos na área especial.

3.Já fez algum curso na área de Ensino Especial? Qual? Por quê? Como foi? O que aprendeu?

Diretor: sim, pos graduação.

Professora: vários ofertados pela Secretaria, todos os anos faço um ou dois.

4.Qual sua historia com a escola? Como tudo começou? Há quanto tempo?

Diretor: Inicialmente, a história na escola deu-se início há 10 anos, com a necessidade de encontrar uma escola onde eu pudesse encontrar uma vaga, a escola classe 15 era a escola mais próxima do meu caminho mais prático para eu seguir. Comecei como supervisor administrativo, vice-diretor e hoje sou o diretor. Me identifico muito bem com as crianças. No inicio acreditaram que eu não iria me adaptar com as crianças, por não ter apego a crianças. Tento ser profissional com as crianças. Minha função é conhecer e trabalhar com as crianças. A partir do momento que estou no ambiente de trabalho, preciso fazer o meu local de trabalho prazeroso, assim ou eu me adequava as crianças ou então eu teria que “vazar”, dessa forma decidi me adaptar.

Professora: eu vim da escola classe 44 no p-sul e vim porque o Da vieram pra cá desde 99, inicialmente eu era a única professora de DA, e ai foram chegando outros

professores e depois foram chegando outros professores e fomos colocando as crianças para interagir com as outras.

SOBRE A INCLUSÃO

5.O que é inclusão para você?

Diretor: inclusão é da seguinte forma: quando se trabalha fora de uma escola inclusiva você acha que não existe acha que é brincadeira, mais quando você começa a vivenciar a inclusão você vê que é fundamental, você vê uma coisa muito bonita que não tem discriminação, no exemplo, o aluno Pedro, que tem um problema facial muito grande, em qualquer outra escola ele teria um problema de relacionamento muito grave e aqui ele não tem... ninguém olha, quando comecei a trabalhar aqui, tinha a questão olha o mudinho olha o surdinho... hoje ninguém fica falando sobre a deficiência das crianças, hoje não há uma discriminação dos colegas por que o colega é gago, não tem uma orelha... todas as turmas os alunos ajudam os outros que necessitam, mesmo sabendo que é complicado e árduo, que a rede não tem um suporte adequado, pelo menos a escola classe 15 pelo menos eu tento dar o suporte para os professores, nós sabemos que não é o suficiente mais na medida do possível eu sempre abracei a causa, quando eu vejo as dificuldades quando eu posso sempre estou ajudando.

Mostro as turmas, os alunos, tento mostrar que só pode trabalhar com uma turma inclusiva o professor que tem uma visão diferenciada, o professor tem que trabalhar com os olhos e com o sentimento, deve ver que hoje o aluno está atacado, desta forma você deve buscar demonstrar a paciência e tentar ajudar o aluno. As crianças da turma de inclusão são mais sensíveis, então se o professor estiver feliz elas estarão felizes, se o professor estiver triste elas também apresentaram a tristeza. O professor deve saber isso, deve perceber essa necessidade dos alunos da inclusão.

Professora: é o que eu vivo todos os dias, é estar com a classe inclusiva é uma inclusão diária, quando se vive é muito mais fácil de entender, nós temos os prós e os contras, tem as coisas boas e as ruins e nós aprendemos tudo isso com as dificuldades e as alegrias da inclusão. Eu aprendi no dia a dia, a inclusão na teoria é muito bonita, mais quando você chega na prática você vê que a inclusão é diferente.

6. Onde você aprendeu isso?

Diretor: aqui na escola. Quando eu vim para a escola eu era supervisor administrativo, eu vim com a mentalidade de que eu ficaria na minha salinha lidando com, cuidar do administrativo da escola, cuidar da merenda... quando que cheguei estava com as pessoas loucas e aí que eu percebi que eu tinha que encarar o espírito de uma escola classe e ainda inclusiva. A Professora tinha 4 alunos aí que eu fui entender que tinha mães e alunos e fui me adaptando ao dia a dia da escola.

Professora: na vivência, em sala de aula

7. Que você acha que é preciso fazer para que a inclusão dê certo, para que ela seja ideal? Por quê?

Diretor: Primeiro tem que ser totalmente diferente da realidade vivenciada por mim, primeiro deve haver uma capacitação, preparação, estágio, a vivência do profissional que vai trabalhar com magistério da vivência em sala de aula. Hoje os professores que vem fazer o estágio, fazem e pronto, já querem pegar uma sala de aula, só que isso não capacita para encarar uma turma com 28 alunos e de cara ter 3 portadores de necessidade especial, hoje o profissional ainda não absolveu que a inclusão é um caminho sem volta, todos tem que estar preparados para vivenciar a inclusão em sala de aula, com a preparação, ele terá meios de viver de modo mais fácil, é necessário estar preparado para o tipo de alunos que viriam, o estado psicológico de aguardar o que viria já é bem mais fácil de encarar... outros professores dizem não estar preparados para conviver com alunos especiais. Portanto, os professores devem fazer cursos de preparação e com uma sala de recursos para que os alunos comprometidos possam utilizar e atender os alunos no horário de aula. Isso para dar um fôlego para os professores que precisam ter o entendimento de que a evolução da educação é a inclusão. Entender porque a criança pensa daquela forma, entender porque as crianças agem de determinadas formas, no caso da criança que queria morrer, gritando chorando, então é necessário entender e conversar com a criança. Importante a participação da família.

Professora: como o Diretor falou, é bom que o professor se conscientize que o professor vai ter um aluno especial em sua sala. A preparação, a vivência, e outra coisa, É importantíssimo a participação da família. A inclusão só é perfeita quando a criança é vista por outros olhos e que ela vai ser vista como normal no parâmetro dela.

Diretor: No caso da R é uma mãe inclusiva, ela sabe que vai ter que dar mais atenção aos filhos mais precisa dar uma criação brigar chamar atenção, percebe que os filhos estão crescendo, desenvolvendo, mais o primeiro passo é perceber que deve buscar ajuda da escola, um acompanhamento. É muito bom quando você vê no ensino médio as meninas dando trabalho para as mães, namorando, se desenvolvendo próximo do normal no segundo ano do segundo grau, é um reflexo da atividade dos pais. As meninas brincam andam, mais primeiro tiveram uma escola que acolheram uma estrutura, então hoje quando eu vejo determinadas garotas, bem entrosadas, até aquela cega, com deficiência andando na boa bem tranqüila.

8. Em sua prática como você faz?

Diretor: Primeiro ponto para se aplicar a inclusão é a não discriminação, tratar com naturalidade de forma a não tratar como um coitadinho, como exemplo a Maria Eduarda, ela anda no recreio com a maior naturalidade. Eu sou partidário do recreio a vontade.

Professora: trato todos os alunos de maneira igual.

9. Por que faz assim? Dê exemplos

Diretor: porque dá certo.

Professora: Em sala de aula tivemos de tudo, em sala de aula, vamos aplicando várias experiências e a cada ano vamos aprimorando de modo a conseguir a melhor aplicação. Esse ano eu comecei o ano com uma reunião de pais. Assim, busquei mostrar pra mãe que os pais não podem tratar como um coitado por sua deficiência, assim, eles sendo vistos como normais na medida de suas capacidades gera um desenvolvimento e uma maturidade.

10. O que deu certo? Por quê? e

11. O que deu errado? Por quê?

Diretor: A inclusão não tem uma formula pronta, não existe o 100%. A inclusão é feita por tentativas. É uma ciência experimental, em alguns alunos você tenta em um ano, em outro ano tenta de outra forma, é necessário ter a cabeça aberta para novas tentativas, ao dialogo ao aconselhamento, dessa forma deve-se buscar uma melhor aplicação, um conselho uma idéia, dessa forma quando estiverem sem idéias, sem formas de lidar com os alunos. Uma experiência boa para aquele aluno que dá muito trabalho é dar uma responsabilidade pra ele, ele ficará empolgado, no entanto pode

acontecer de o sentimento de poder subir a cabeça, assim, ele não servirá para ser um líder, então é necessário perceber os perfis do alunos para as atividades a serem desenvolvidas.

Professora: A cada ano eu mudo um pouco, minha maneira de pensar e de agir. Lidar com uma turma inclusiva você muda, vc deve tratar todos da mesma forma, mais vc sabe que vai aprender muito com aquela criança e ela com você. Na troca de experiência agente chega as conclusões do dia a dia, os que estão cansados, uma forma de ajudar e melhorar a atividade. A troca de experiência é de grande importância.

12.O que mudou?

Diretor: Minha maneira de olhar.

Professora: Minha pratica como um todo.

13.Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?

Diretor: os colegas de trabalho através de suas vivencias.

Professora: a troca de experiência entre o grupo.

14.Como melhorar?

Diretor: Tentando a cada dia melhorar.

Professora: colocando em pratica o que aprendemos com as vivencias.

15.Quem pode ajudar? Por quê?

Diretor: A Secretaria de Educação e as famílias.

Professora: Nos mesmos, quando a gente quer vai longe.

SOBRE O CURRÍCULO

16.O que é currículo?

Diretor: é o que dá base para se trabalhar.

Professora: o currículo é o caminho a seguir, mais existem varias formas de se percorrer o caminho, é para dar o norte, assim, fazemos a adequação do currículo a cada necessidade, para atender a realidade de cada sala de cada aluno.

17.Como ele deveria ser organizado para atender a demanda da inclusão?

Diretor:

Professora: Nós não temos um currículo especifico para a inclusão, trabalhamos com a adequação, a partir da necessidade nos adequamos dentro das nossas salas e para os alunos.

18.Em sua prática como você faz? Como é a adequação curricular?

Diretor: è o que acontece aqui, é preparar a escola para que todos sejam iguais.

Professora: utilizo o que é mais necessário, aquilo que eles já trazem com eles, utilizo o que a criança mais necessita.

19.Por que faz assim? Dê exemplos

Diretor: nesses anos todos tem dado certo.

Professora: Faço desta forma por causa da necessidade deles.

20.O que dá certo? Por quê?

Diretor: dá certo porque é preparado aquilo que atinge o aluno, sua necessidade.

Professora :Um exemplo de adequação foi uma visita ao mercado, onde eles mesmos escolheram o produto, eles pagaram, com a vivencia na prática é certo e eles conseguem consolidar. Uma coisa que deu errado dentro do currículo eu tinha uma visão que eles tinham que ler como eles escrevem, o vocabulário deles é muito restrito, assim eu tive que mudar e ajudar no vocabulário.

21.O que dá errado? Por quê?

Diretor: dá errado não se preparar.

Professora: não procurar ajuda não trocar de experiência com os colegas e ate mesmo com outras escolas.

22.O que mudou?

Diretor: a maneira de trabalhar os conteúdos.

Professora: é os conteúdos, como escolher, como trabalhar...

23.Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?

Diretor: os professores da escola.

Professora :Nos cursos e com a convivência com os colegas.

24.Como melhorar?

Diretor: buscando meios de crescer, de se aprimorar.

Professora: Com a melhoria do currículo com a melhoria de vagas e com um currículo ampliado com a melhoria dos cursos.

25.Quem pode ajudar? Por quê?

Diretor: as pessoas que ministram cursos, quem sabe mais.

Professora: A Secretaria de Educação.

SOBRE A AVALIAÇÃO

26.O que é avaliação?

Diretor:

Professora: É um meio diário de você perceber o desenvolvimento do aluno, diariamente, perceber aquilo que ele não está desenvolvendo.

27.Como ele deveria ser organizada para atender à demanda da inclusão?

Diretor:

Professora: deveria ser trabalhado aquilo que realmente importa, o que o aluno vai usar na vida, no dia a dia.

28.Em sua prática como você faz? Como é a avaliação?

Diretor:

Professora: O aluno não é avaliado apenas por uma prova, é um procedimento processual e para atender a inclusão deve ser aplicada as adequações.

29.Por que faz assim? Dê exemplos

Diretor:

Professora: É feito um relatório sobre o que o aluno aprendeu em cada dia, como ele se saiu com cada atividade. Hoje ele entendeu isso.

30.O que dá certo? Por quê?

Diretor:

Professora: A avaliação diária, a avaliação de um dia apenas ou por prova não é suficiente de avaliar a capacidade do aluno. Voltar e ensinar novamente o conteúdo de outra forma.

31.O que dá errado? Por quê?

Diretor:

Professora: avaliar o aluno somente pela nota, isoladamente.

32.O que mudou?

Diretor:

Professora: Por causa da prática do dia a dia.

33.Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?

Diretor:

Professora: A vivência com os colegas. Em um dia de prova o aluno não consegue fazer nada, será que ele não aprendeu nada?

34. Como melhorar?

Diretor:

Professora: Devido à necessidade dos alunos eu mudei e busquei aprimorar.

35. Quem pode ajudar? Por quê?

Diretor:

Professora: as pessoas que trabalham na organização dos cursos, e as que atendem diretamente o público nas regionais.

SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE**36. O que é formação docente?**

Diretor:

Professora: São os cursos que se faz para se adquirir as capacidades e competências necessárias para a sala de aula.

37. Como ela deveria acontecer para atender à inclusão?

Diretor:

Professora: Deveria ser mais aprofundado, menos teoria mais a aplicação da prática, troca de experiências.

38. Onde aprendeu isso?

Diretor:

Professora: Na experiência na vivência, percebemos que existe muita teoria e pouca ação.

39. Em sua prática como você faz? Como é sua formação continuada?

Diretor:

Professora: Fizemos o curso e aplicamos. Se faz um curso e a experiência do professor de 30 anos de atividade está passando, é importante ouvir e adequar a realidade da escola, nos buscamos entender a lógica de pensamento do aluno, ele acha que está correto, então é preciso descobrir porque ele pensa daquela forma e buscar demonstrar e modificar as atividades.

40. Por que faz assim? Dê exemplos

Diretor:

Professora: A aplicação dos cursos na prática é um ponto que dá certo.

41. O que dá certo? Por quê?

Diretor:

Professora: colocar em pratica o que se aprende

42.O que dá errado? Por quê?

Diretor:

Professora: não aceitar mudanças, porque continua igual, errando.

43.O que mudou?

Diretor:

Professora: A maneira de ver a essa questão de fazer curso apenas pelos pontos, essa forma de aplicação da teoria na pratica.

44.Quem te ajudou a chegar a essas conclusões? Como?

Diretor:

Professora: O dia a dia, a prática, a troca.

45.Como melhorar?

Diretor:

Professora: A aplicação da teoria na pratica.

46.Quem pode ajudar? Por quê?

Diretor:

Professora: A presença em cursos de capacitação e a melhoria dos professores e instrutores dos cursos que as vezes não são capacitados para ministrar os cursos que são de grande importância.